



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

HELDA CLOTILDE DOS SANTOS SILVA

**A CONSTITUIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA DA ESCOLA ESTADUAL MYRIAM COELI**

MOSSORÓ

2017

HELDA CLOTILDE DOS SANTOS SILVA

A CONSTITUIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ESCOLA ESTADUAL MYRIAM COELI

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Prof.(a) Ma. Milena Paula Cabral de Oliveira

MOSSORÓ

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de realizar esse trabalho;

Aos meus familiares, pelo apoio e compreensão;

Aos meus colegas de curso, que em muitos momentos me incentivaram;

Aos professores da UFERSA, grandes profissionais que me auxiliaram, à tutora Francisca e à orientadora do TCC Milena Paula Cabral de Oliveira que foi a base para realização desse trabalho.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos.
(FREIRE, 1996)

RESUMO

O direito à educação e ao processo de escolarização da pessoa com deficiência é fruto de intensa mobilização por parte da sociedade civil e de organizações não governamentais, que lutam pela dignidade da pessoa com deficiência e pela educação como um direito humano. Nessa perspectiva, nosso artigo surge de nossa atuação como professora em sala de recurso da Rede Estadual de ensino, na cidade de Natal/RN, e tem por objetivo refletir sobre o percurso de constituição, organização e sistematização da sala de recurso multifuncional (SRM) e dos atendimentos educacionais especializados (AEE) realizados no contexto da Escola Estadual Myriam Coeli. O nosso estudo foi desenvolvido na perspectiva de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório de levantamento de dados, na tentativa de compreender e interpretar fatos ainda não percebidos. A escolha desse tipo de pesquisa nos possibilita visualizar a real atuação do Professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que nos impulsiona a refletir sobre a qualidade, significado e valor desse atendimento destinado ao público da Educação Especial. Em síntese, a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas é, hoje, uma realidade crescente, pois cada vez mais são matriculadas pessoas com deficiência no contexto de escolas regulares. Nessa perspectiva, buscamos caminhar na direção de construir práticas pedagógicas menos excludentes e mais inclusivas. Ressaltamos ainda, que o Projeto Político Pedagógico da escola, ainda precisa contemplar o Atendimento Educacional Especializado, reafirmando o compromisso da escola com a Educação de todos.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão, AEE, Sala de recurso multifuncional.

ABSTRACT

The right to education and to the educational process of disabled people is the result of intense mobilization by civil society and non-governmental organizations that fight for the dignity of persons with disabilities and education as a human right. In this perspective, our article emerges from our role as a teacher in a resource room of the State Educational Network, in the city of Natal/RN, and aims to reflect on the process of constitution, organization and systematization of the multifunctional resource room (SRM) and specialized educational services (AEE) carried out in the context of the Myriam Coeli State School. Our study was developed from the perspective of a qualitative, exploratory approach to data collection, in an attempt to understand and interpret facts not yet perceived. The choice of this type of research allows us to visualize the real performance of the Teacher in the Multifunctional Resource Room (SRM) in the Specialized Educational Service (AEE), that prompts us to reflect on the quality, meaning and value of this service for the public of the Special Education. In summary, the inclusion of students with disabilities in schools is now a growing reality, as more and more people with disabilities are enrolled in the context of regular schools. From this perspective, we seek to move towards constructing less exclusive pedagogical practices and more inclusive. We also emphasize that the School's Political Educational Project still needs to contemplate the Specialized Educational Service, reaffirming the commitment of the school to the Education of all.

KEY WORDS: Inclusion, AEE, multifunctional resource room.

INTRODUÇÃO

Para a construção de uma escola inclusiva, faz-se necessário muitas reflexões e uma reestruturação de conceitos, paradigmas e práticas constituídas historicamente por toda a comunidade escolar, ampliando a participação plena de todos os estudantes com deficiência nos estabelecimentos de ensino regular. Visando uma escola que se ajuste aos diversos sujeitos, é preciso um pensamento e ações de todas as pessoas da comunidade escolar sobre a igualdade de acesso e permanência na escola dos nossos estudantes que são público alvo da educação especial.

No atual contexto educacional, a discussão sobre Educação Inclusiva ganha um espaço maior a cada momento na sociedade, tendo por base o fundamento legal do direito de todos à educação. No entanto, essa perspectiva inclusiva não deve envolver apenas a inserção de todos na instituição escolar, mas também seu processo de desenvolvimento, escolarização e formação social, pautados em um projeto sólido e consistente. É pertinente analisar processos e práticas inclusivas presentes nas escolas, bem como o engajamento coletivo no ato educativo.

Considerando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) uma iniciativa que contribui com os processos inclusivos, o presente artigo emerge de nossa atuação como professora em sala de recurso da rede estadual de ensino, na cidade de Natal/RN. E tem como objetivo refletir sobre o percurso de constituição, organização e sistematização da Sala de Recurso Multifuncional (SRM) e dos atendimentos Educacionais Especializados (AEE) realizados por seus profissionais, na Escola Estadual Myriam Coeli (E.E.).

1.1 Marco legal e operacional do Atendimento Educacional Especializado numa perspectiva inclusiva

O direito a educação e ao processo de escolarização da pessoa com deficiência é fruto de intensa mobilização por parte da sociedade civil e de organizações não governamentais que lutavam pela dignidade da pessoa com deficiência e pela educação como um direito humano. Teve seu marco com a Declaração dos Direitos humanos em 1948 (BEDAQUE, 2015). Essa luta traduziu-se no panorama internacional a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que ocorreu em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Esse acordo assumiu a educação como direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro

(UNESCO, 1990); por sua vez, a Declaração de Salamanca na Espanha reafirmou a educação como direito de todos, e, ainda, que a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) deve ocorrer dentro do sistema regular de ensino (UNESCO, 1994); e por fim, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência discutida no âmbito da Organização das Nações Unidas, na qual o Brasil participou, e que dispõe, em seu art. 24, que os Estados que participam da assinatura do documento reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação e que assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (ONU, 2006).

No âmbito nacional, documentos oficiais, como a Constituição Federal (1988), já promulgava a educação como um direito de todos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) assegura em seu artigo 4º, inciso III que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado por meio de

[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996)

É perceptível, que na década de 1990, foi notadamente marcado por um período de grandes mudanças no contexto educacional. Tais mudanças foram significativas para o campo da Educação Especial, principalmente quando promulgada como modalidade de ensino destinada aos estudantes com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. O que se configura uma ampliação das políticas para essa área, ao passo que são delegados aos Estados, Municípios e ONGs as medidas de consolidação de tais políticas.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), teve sua importância por congrega os esforços do ideário de uma educação inclusiva, como bem pontua Garcia & Michels (2011):

Ganhou importância por normatizar no Brasil as premissas inclusivas que estavam no debate internacional e, ao mesmo tempo, expressou o modo pelo qual a política nacional incorporou um conjunto de ideias que se firmaram como hegemônicas no campo da Educação Especial.

Em relação ao conceito de Educação Especial, é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional

especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Garcia & Michels (2011) retrata que:

Percebe-se um abandono da ideia de Educação Especial como uma proposta pedagógica, para centrar-se na disponibilização de recursos e serviços. O decreto 6.571/2008 nem mesmo menciona o termo Educação Especial, promovendo uma substituição discursiva pelo termo "Atendimento Educacional Especializado". Ressalta-se que as funções de apoiar e substituir foram retiradas da definição, assumindo a ideia de complementaridade e suplementaridade à escola comum.

Ainda, nos reportando a Resolução CNE/CEN nº 2, a definição do público-alvo das políticas de Educação Especial utilizou a terminologia "*alunos com necessidades especiais*", os quais são definidos como todos aqueles que apresentarem dificuldades de aprendizagem, com ou sem correlação com questões orgânicas. Isso abriu um leque de indefinições de quem deveria efetivamente ter acompanhamento no âmbito do AEE. Porém, o documento orientador "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva" (2008) alterou a compreensão acerca da população a ser atendida pela Educação Especial, embora mantendo a terminologia "*alunos com necessidades especiais*". Tais estudantes são compreendidos como aqueles que apresentam deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2008).

Já na esfera local, especificamente o Estado do Rio Grande do Norte, elaborou-se e sistematizou-se princípios, políticas e prática de Inclusão a Educação Especial, constituída como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas de Ensino, regulamentada e instituída pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, que criou a coordenação no então Departamento de I Grau, surgindo, inicialmente, com a atenção de instituições filantrópicas. Foi instituído o Núcleo Estadual de Educação Especial - NEESP, criado pelo Decreto nº 6.528/74, supervisionado pelo Departamento de Ensino Fundamental. Em 1975, frente à conjuntura de mudança na secretaria de educação, o núcleo passou a condição de Subcoordenadoria de Ensino Especial – SEESP; em 1996, a SEESP, passou a ser identificada como SUESP, atual Subcoordenadoria de Educação Especial (SEVERO, 2012). A Educação Especial do RN foi orientada pelas Resoluções 03/1985; 01/1996; 01/2003; 02/2012 e a atual resolução nº 03/2016, de 23 de novembro de 2016, trazida pelo Conselho Estadual de Educação do Rio grande do Norte.

Com a portaria normativa nº 13/2007 foi instituída a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM): espaço físico, com mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos, acessibilidade e equipamentos específicos, instalado nas escolas públicas para oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual foi regulamentado em 2008, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Mesmo com a portaria normativa nº 13, publicada em 24 de abril de 2007, só alguns anos depois que boa parte das escolas da rede foram contempladas, tendo o programa contemplado 391 escolas da rede estadual, no ano de 2014.

Desse modo, considerando as recentes mudanças nas Políticas para uma educação inclusiva, os estudos sobre o AEE e as salas de recursos multifuncionais, o nosso relato de experiência poderá contribuir no desenvolvimento de estudos que avaliem os limites e possibilidades desses serviços.

1.2 Percurso metodológico e estrutura de nosso trabalho

O nosso estudo foi desenvolvido na perspectiva de uma abordagem qualitativa, ou seja, uma pesquisa de caráter exploratório de levantamento de dados, com o objetivo de compreender e interpretar fatos ainda não percebidos e nos guiar por um caminho mais adequado, de acordo com as informações que foram filtradas durante todo o processo de investigação, levando-se em consideração as subjetividades e particularidades que não podem ser tabuladas ou expressas em números e gráficos.

A escolha do citado tipo de pesquisa nos possibilita visualizar a real atuação do Professor em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), no Atendimento Educacional Especializado (AEE) que nos impulsiona a refletir sobre a qualidade, significado e valor desse atendimento destinado ao público da Educação Especial. Segundo Minayo (2001, p.21-22);

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos e aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Nesse sentido, trata-se de um relato de experiência de nossa atuação como professora de sala de recurso multifuncional, e a instituição, campo de nossa investigação, é a Escola

Estadual Myriam Coeli, localizada no bairro Lagoa Azul, Conjunto Nova Natal, na zona norte, e que atualmente atende, no turno matutino, 444 alunos, no vespertino 371 e no noturno 396, totalizando 1.211 alunos do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e do ensino médio. A escola possui 12 salas de aula, 4 banheiros, 01 sala multifuncional, direção, secretaria, sala dos professores, 01 almoxarifado, 01 arquivo, 01 laboratório de informática, 01 biblioteca, 01 laboratório de artes, 01 cozinha, 01 sala de vídeo, 01 sala do Projeto Mais Educação, 01 laboratório de ciências e 01 quadra de esportes ainda não finalizada. No seu corpo funcional, a instituição de ensino possui 40 professores, 18 servidores administrativos e 7 terceirizados.

Utilizamos como instrumentos de construção dos dados a observação do cotidiano da escola e análise documental. Nesta escola, o atendimento educacional especializado teve início a partir do ano de 2014 com a implantação da sala de recurso multifuncional. Inicialmente, o programa é ofertado a todos os educandos com deficiência transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação da rede pública, que são atendidos no contra turno de sua escolarização, ou seja, aqueles que estão matriculados na sala regular em um turno e são atendidos no AEE no turno inverso, com o objetivo de complementar ou suplementar a formação deste estudante, visando sua emancipação enquanto sujeito.

2 A CONSTITUIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA MYRIAM COELI: realidade e perspectivas

Nos últimos anos, as políticas educacionais em favor da inclusão escolar e da ampliação de investimentos nesse campo têm contribuído para provocar mudanças significativas nos contextos escolares, de modo que as diferenças que os alunos apresentam, e, por conseguinte, suas necessidades, sejam reconhecidas e valorizadas. Tais mudanças se tornaram perceptíveis em nosso contexto escolar, particularmente a partir da implantação da SRM, onde os alunos, público alvo da Educação Especial, passaram a receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com vistas à eliminação das barreiras que se interpõem à sua aprendizagem

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado é definido como um “[...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008). E ainda, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui

as diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, prioritariamente na Sala de Recursos Multifuncionais, reafirmou a Educação Especial como modalidade educacional e também enfatizou o Atendimento Educacional Especializado.

Ao longo do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a Política Nacional de Educação Especial ganhou novas perspectivas com o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Tal programa levou a indução e financiamento de Salas de Recursos Multifuncionais que vêm sendo definido como o lócus por excelência do Atendimento Educacional Especializado, e passou a ser implementada nas redes municipais e estaduais de educação mediante editais e financiamento público federal.

2.1 Processo de implantação da SRM na E.E. Myriam Coeli:

Ao investigar na escola como se deu o processo de implantação da Sala de Recursos Multifuncionais (SEM), constatamos que a atual gestão não participou do momento da efetivação da SRM, implantação esse que se deu no ano de 2014, ano também em que assumimos a referida sala.

Em diálogo com alguns educadores mais antigos na escola, percebemos que a maioria deles não estavam atentos aos objetivos da SRM, que, segundo o manual de orientação do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2010), os objetivos são:

- ✓ Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- ✓ Assegurar o pleno acesso dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos;
- ✓ Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;
- ✓ Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar.

Dessa forma, constatamos na fala dos profissionais pesquisados que na época não foi esclarecida a intenção e o trabalho que seria desenvolvido na sala, e que não aconteceram discussões em torno da escolha do ambiente físico o qual seria instalado a sala, e nem foi observado o que proposição do documento orientador, ou seja, a escola deveria ter “disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no

AEE”. (BRASIL, 2010, p. 10). Desta forma, em nossa escola, apenas dividiram ao meio com uma parede de gesso uma sala da então coordenação, ficando muito pequena para as atividades a serem desenvolvidas.

E foi nesse espaço que se iniciou as atividades da SRM, com uma professora no turno vespertino apenas, e quando chegamos na instituição, a sala já estava organizada por ela. A maioria do material enviado pelo Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como computadores, jogos, tesouras adaptadas e lupas também já se encontravam na sala.

Iniciamos o trabalho de investigação dos alunos matriculados na escola e que eram o público alvo da Educação Especial, e assim, constatamos que a professora do vespertino não tinha demanda para seu atendimento, o que a levou a procurar outra escola, resultando na ausência do professor especializado no turno vespertino. Isto é um aspecto negativo, visto que a interlocução com a equipe da tarde fica fragilizada e distante do fazer-pedagógico da SRM.

Em 2016, seguindo as orientações da Secretaria de Educação do Estado, não ocorreu as eleições para a escolha da nova gestão escolar, o então diretor foi escolhido por aclamação para passar um período de 1 ano. No início dessa gestão atípica, o diretor foi sensível e percebeu, depois de algumas conversas, a importância de um espaço físico maior para desenvolver as atividades pertinentes do Atendimento Educacional Especializado e logo providenciamos a mudança para uma sala maior.

2.2 A ação docente na SRM: do atendimento à formação no contexto da escola

O professor do AEE tem como função realizar o atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos estudantes da educação especial. Portanto, as atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;

- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras. (BRASIL, 2010, p.8)

No início da implantação da sala de Recurso, tínhamos poucos educandos e decidimos divulgar nossos serviços nas escolas da comunidade que não tinham o atendimento especializado. E foi assim que passamos a atender os estudantes que são público alvo da educação especial das Redes Municipal e Estadual de ensino.

Atualmente, temos 10 alunos nos 3 turnos, dos quais atendo 3 do turno vespertino (1 sem laudo, 1 com surdez severa e 1 com transtornos psicóticos agudos associado a um grande déficit na aprendizagem), 1 aluno do noturno (com autismo e retardo mental). Salientamos que 4 estudantes são de outras escolas públicas do bairro (2 com deficiência intelectual e 1 sem laudo, apresentando déficit na memória), e 1 dos alunos que atendemos tem autismo e pode ser atendido no mesmo turno de escolarização. Os alunos são atendidos individualmente e/ou em duplas ou pequenos grupos dependendo das especificidades de cada um e do objetivo proposto para aquele atendimento.

Além do atendimento aos estudantes, outra ação realizada pelo profissional da sala de recurso é a orientação/formação junto aos professores, o que consideramos como pertinente e necessária para a realização de articulação do AEE à proposta pedagógica da escola, numa perspectiva colaborativa e cooperativa com os demais membros da comunidade escolar, sobretudo com o professor da sala de aula comum. Neste sentido, o objetivo aqui é à inclusão escolar dos alunos considerados público-alvo da Educação Especial, o que está previsto como uma das atribuições deste profissional na resolução nº4 de 2009, art. 13, inciso VIII.

Assim, fomos realizando alguns momentos formativos durante esse período, de acordo com o público que estávamos recebendo, e ainda, solicitávamos junto à Secretaria de Educação e a Subcoordenaria da Educação Especial com o serviço de Itinerância¹, o qual apoia e oferece suporte às instituições escolares.

Acerca dos momentos formativos, realizamos sistematicamente um no início do ano letivo em dois momentos, um com os educadores na semana pedagógica, e outro com os pais e responsáveis, para apresentação do trabalho desenvolvido no Atendimento Educacional

¹Serviço de Itinerância: serviço de apoio pedagógico ofertado por um grupo de profissionais especializados em Educação Especial, que visitam as escolas Estaduais periodicamente com o objetivo de orientar e oferecer suporte aos professores, pais e alunos, os quais são público alvo da Educação Especial, no processo de ensino aprendizagem .

Especializado (AEE). Os demais encontros se davam de acordo com a demanda específica do turno que em linhas gerais envolve: sensibilização, adaptação curricular e necessidades específicas de cada estudante com baixa visão, surdo, com autismo e investigação dos alunos com Altas Habilidades/Superdotação já realizada na instituição, o que necessitou de um amparo formativo.

Nesta perspectiva, a educação inclusiva propõe o acolhimento de todas as diferenças na escola comum, levando ao professor duas necessidades: a formação e o repensar da prática pedagógica de forma a fazer com que todos apresentem progressos significativos. Para Ropoli (2010, p.9):

Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Dessa forma, procuramos, por meio da formação em serviço dos educadores de sala regular, promover processos inclusivos de maior qualidade, mesmo observando ainda, que em alguns momentos os educandos estão inseridos no contexto escolar, no entanto, não estão incluídos de fato. Compreendemos que é um processo de construção e até de mudança de paradigmas e concepções individuais que necessitam de uma ruptura nas barreiras atitudinais.

Para tanto, precisamos de verdadeiras reflexões que levem o grupo a considerar a singularidade de cada sujeito e que todos os alunos precisam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem com as adaptações pertinentes à sua necessidade, respeitando e tratando o estudante com deficiência como mais um educando da escola, sem rotular ou estigmatizar. Tudo isso só é construído através de formações continuadas na tentativa de novas concepções.

Como recurso didático para minimizar essas barreiras, realizamos momentos formativos com os alunos do turno matutino, possibilitando uma oficina de LIBRAS sob a orientação de uma aluna surda da tarde. Esta atividade que permitiu a estudante com surdez se sentir acolhida e integrada na escola e que oportunizou aos demais estudantes conhecer e aprender alguns sinais em LIBRAS, estabelecendo uma comunicação com a colega. No outro momento, sensibilizamos os alunos através de um filme “Um time especial”, com a temática sobre o autismo e com aplicação de perguntas escritas e sem identificação para todos os presentes.

2.3 A ação docente na SRM: articulações e diálogos com outras instituições

Diferentes áreas do conhecimento estudam a aprendizagem e o desenvolvimento humano. Entender como o ser humano se desenvolve é importante para a compreensão e atuação do professor de SRM no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O papel do professor do AEE não deve ser confundido com o papel dos profissionais do atendimento clínico, embora suas atribuições possam ter articulações com profissionais das áreas da Medicina, Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapeutas ocupacionais e outras áreas afins.

De acordo com o documento subsidiário à política de inclusão p. 46 (2005)

Dentre as competências da equipe destaca-se atividades como: a realização do levantamento de necessidades específicas da escola; a elaboração de programas de assessoramento às escolas; a orientação e supervisão dos agentes da Rede de Apoio à Educação Inclusiva; a orientação e acompanhamento das famílias de alunos com necessidades educacionais especiais; a assessoria aos educadores que têm alunos com necessidades educacionais especiais incluídos nas classes comuns do ensino regular.

O trabalho realizado em parceria com a equipe multidisciplinar consiste numa forma especial de organização, que visa, principalmente, à ajuda mútua entre profissionais de uma mesma área ou não, propondo a construção de determinadas metas e tendo em vista um objetivo comum, permitindo que todas façam parte de uma mesma ação.

Em momentos de planejamento, realizamos visitas aos centros especializados para conversar com os profissionais que atendem nossos estudantes, na tentativa de colaborar com o avanço e com a emancipação dos educandos com deficiência. Tais visitas são muito proveitosas, no sentido de entender o processo de evolução e contribuir com esse processo de forma mais efetiva e marcar triagens para alunos sem acompanhamentos. Em nosso roteiro visitamos o Centro SUVAG/RN, o Centro de Educação Especial/Centrinho, Centro de Reabilitação Infantil (CRI) e o Centro de apoio ao Surdo (CAS). Realizamos também visitas aos postos de saúde para tentar estabelecer parcerias, com o objetivo de minimizar a burocracia para o atendimento com os médicos, para alunos ditos “*fora de área*” que não moram no bairro e não dispõem de um posto de saúde no bairro que reside.

Portanto, para além das práticas de atendimento especializado centradas diretamente nos alunos considerados público alvo da Educação Especial, e reconhecendo que a atuação do professor do AEE se constitui numa ação complexa e marcada por múltiplas relações,

percebemos que a articulação deste profissional junto aos diversos atores da escola e a outros profissionais fora dos muros da escola, tem contribuído para a construção de uma escola inclusiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes com deficiência nas escolas é, hoje, uma realidade crescente, tendo em vista que cada vez mais pessoas com deficiência são matriculadas no contexto de escolas regulares. Nessa perspectiva, buscamos caminhar na direção de construir práticas pedagógicas menos excludentes e mais inclusivas. No entanto, ainda temos dificuldades a serem superadas para verdadeiramente estabelecermos o conceito de escola inclusiva. Ainda, é importante destacar que a inclusão é um caminho possível, que perpassa pelas concepções pessoais e pedagógicas dos profissionais da instituição de ensino, e que podem ser repensadas, a partir do confronto de ideias, de formações e ações colaborativas.

Ressaltamos ainda que o Projeto Político Pedagógico da escola precisa contemplar o Atendimento Educacional Especializado, reafirmando o compromisso da escola com a educação de todos. Isto possibilitaria o pensar coletivo de forma clara e objetiva, com grande importância no atendimento do aluno com necessidades específicas para se desenvolver na vida escolar, pessoal, social e favorecer a sua inclusão na escola, precisando continuamente da colaboração de toda comunidade escolar nessa construção. Destacamos que o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual da Escola Estadual Myriam Coeli ainda não contempla o serviço do AEE em sua proposta, precisando atualizar seus documentos na perspectiva da inclusão.

A partir de uma Educação no âmbito da inclusão, a escola deve assumir o compromisso de buscar informações e conhecimento para garantir o acesso e a permanência dos Estudantes com necessidades específicas na escola.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **O atendimento educacional especializado no processo de inclusão escolar na rede municipal de ensino de Mossoró/RN**, 2011

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial. Brasília. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. Ministério da Educação. Documento subsidiário à política de inclusão / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília :Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. BRASILIA: SEESP/MEC, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> acesso em: 18 de maio de 2017

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008b. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Manual de orientação: programa de implementações de Salas de Recursos Multifuncionais**. Secretaria de Educação Especial. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192 . Acesso em: 22 mai. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 29.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso and MICHELS, Maria Helena. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED**. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2011, vol.17, n.spe1, pp.105-124. ISSN 1413-6538. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000400009>.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva**. IN: GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob (organizadoras.). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial** – 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.79-94.

MILANESI, Josiane Beltrame. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista** / Josiane Beltrame Milanesi. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROPOLI, E. A. [et.al.] **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

SEVERO, Maria do Carmo de Sousa. **Um estudo sobre a trajetória de professores itinerantes na escola regular , Natal/ RN(1971-2011)** 2012

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Declaração de Salamanca. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.